

EDUCAÇÃO PÚBLICA FLUMINENSE EM TEMPO DE FUSÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS POLÍTICAS ESCOLARES NOS IMPRESSOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1975-1979)

G.T.25-EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

Regina Márcia Gomes Crespo

Resumo: O artigo se propõe a analisar as políticas públicas empreendidas pelo Governo Faria Lima (1975-1979), no âmbito da educação, a partir da Fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Busca-se identificar as publicações representativas dessas políticas nos impressos do *Jornal do Brasil* e *O Globo*, em circulação na cidade do Rio de Janeiro, nesse período, com o objetivo de examinar, na perspectiva da sociologia da educação, as ações político-educacionais implementadas pela Secretaria de Educação e Cultura no novo Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Fusão, Políticas Educacionais, Impressos.

Introdução

O presente artigo se inscreve no contexto das mudanças delineadas pelo processo de Fusão¹ dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e se propõe a analisar as políticas públicas de educação empreendidas no Governo Faria Lima, entre 1975-1979, por meio das publicações veiculadas nos jornais diários da cidade do Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Estes impressos constituem-se em fontes privilegiadas de pesquisa, tanto por permitir analisar as ações político-educacionais quanto por recompor parte dos argumentos que surgem das discussões sobre educação e sociedade nos noticiários jornalísticos.

Neste sentido, os impressos, em geral, não só revelam sobre como se pensou e se consumou a educação num determinado período, como identificam os modos pelos quais, em diferentes lugares e momentos, “uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1991: 74). No presente trabalho, pretende-se contemplar esse duplo movimento. Por um lado, dar visibilidade as políticas educacionais, que na década de 1970 estiveram circunscritas à ideologia dominante, configurada pelo regime militar estabelecido no Brasil, a partir de 1964. Por outro, busca-se captar nos impressos, considerando os jornais diários *Jornal do Brasil* e *O Globo* como fontes documentais, a contribuição de jornalistas e educadores, que, embora portadores de perspectivas distintas têm como horizonte comum a análise crítica dos fatos sociais, e por corolário, os modelos que estruturam a educação no país.

Em torno dessas reflexões é que se situa o foco do presente trabalho, que, em um primeiro momento, se orienta em torno das discussões sobre as significativas transformações sociopolíticas que acontecem no contexto da Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, como forma de analisar a implantação da reforma educacional nas antigas capitais: a cidade do Rio de Janeiro – considerada vitrine da nação e principal palco da atividade política nacional –, e Niterói, capital ancorada em uma estrutura de perfil estritamente local, de recorte paroquial, sustentada sobre redes de inter-relação de caráter clientelista (SARMENTO, 2008: 13-14).

¹ A Lei complementar nº 20 de 1 de julho de 1975 determinou a Fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975.

Num segundo momento, buscam-se nas reportagens e artigos que se vinculam aos impressos do *Jornal do Brasil* e *O Globo*, identificar como a educação fluminense é noticiada no âmbito da Fusão de dois estados, que possuíam características educacionais, sociais e econômicas distintas.

Parte-se do pressuposto de que, embora já existisse nos antigos estados uma estrutura de ensino consolidada, necessário se fez promulgar diretrizes legais tendo em vista a constituição do novo estado, pós-fusão. Neste sentido, foi elaborada a Legislação de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1975-76), que enunciou uma política educacional abrangendo os dois sistemas de ensino, e instituiu a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (SEEC/RJ). Esta, resultante da unificação de duas instituições históricas: Secretaria de Educação da Guanabara e do Rio de Janeiro.

A Secretaria de Educação do Novo Estado do Rio de Janeiro, que se estabeleceu à Rua do Passeio, 62, na cidade do Rio de Janeiro, com a coordenação da professora Myrthes De Luca Wenzel², teve como desafio inicial cumprir com as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que englobava: “a universalização do ensino de 1º Grau, até 1978”; e a “introdução obrigatória de métodos de caráter empresarial em setores do ensino”. Assim sendo, a SEEC/RJ direcionou suas ações político-escolares no sentido de construir uma *identidade educacional*³ para os 49 municípios do novo estado, entre os anos de 1975-1979, com a finalidade de efetivar as diretrizes propostas pelo MEC. Sob a perspectiva da educação como instrumento para o desenvolvimento econômico⁴, a SEEC-RJ criou um de seus principais órgãos de planejamento e execução de suas políticas – o Laboratório de Currículos. O Laboratório de Currículos desempenhou, no primeiro Governo da Fusão, a função de reestruturar a política e as ações educacionais de forma que estas atendessem às demandas do desenvolvimento econômico do novo Estado da federação. Enquanto órgão da Secretaria de Educação o Laboratório de Currículos buscou realizar estudos que especificassem as necessidades do Sistema Estadual de Educação e Cultura, por meio de investigações que se constituíram ponto de referência para elaboração do Plano Estadual de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (PLANEC – 1976-1979).

No que se refere à realidade prática, coube a SEEC/RJ definir vetores para atender as duas redes de ensino, através de programas e projetos, consoante às necessidades regionais, e com o objetivo de minimizar as desigualdades sócio educacionais. Segundo Lobo e Faria (2005: 106-111), “a fragilidade da educação fundamental no antigo Estado do Rio de Janeiro, era um desafio para o governo que surge após a fusão”. Apresentando “altos índices de evasão escolar (81%), repetência nas séries iniciais (30%), déficit de 8 mil professores, 320 mil crianças sem escola”, a condição de precariedade da rede escolar fluminense foi decisiva para a SEEC/RJ priorizar o atendimento aos

² Sobre a gestão da professora Myrthes De Luca Wenzel, primeira mulher a ocupar a pasta da Educação no Estado do Rio de Janeiro, consultar trabalho de Yolanda Lima Lobo *Trajetórias de Educadores Fluminenses: D. Myrthes* (2001).

³ Referente à organização da nova estrutura administrativa da SEEC/RJ, que criou seis Regiões-Programa no Estado do Rio de Janeiro, com base nos princípios de descentralização, regionalização e experimentação. Para atender a essas Regiões-Programa foram criados os Núcleos de Educação, Cultura e Trabalho, (58 unidades) e os Centros de Educação Cultura e Trabalho (16 unidades), que se constituíram em agências facilitadoras de operacionalização das atividades pedagógicas e culturais, estabelecendo uma comunicação mais dinâmica entre as escolas estaduais, a SEEC/RJ e as secretarias municipais de educação (LOBO; FARIA, 2004: 14).

⁴Aspecto da educação alinhado à tendência de mercado, conforme Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore Schultz, que introduziu a ideia do “capital educacional”, relacionando-o especificamente com os investimentos em educação. Para o autor, a abundância econômica de algumas sociedades desenvolvidas não se dá pelos “[...] acréscimos da terra e de capital físico reproduzível”, e sim pelo “[...] investimento do capital humano”, o que justificaria os investimentos na educação como “[...] responsáveis pela maior parte do crescimento dos rendimentos reais por trabalhador” (SCHULTZ, 1973: 31-32).

municípios do interior, implementando em curto prazo, ações político-escolares com o objetivo de minimizar as distorções escolares.

Esse quadro deficitário também mereceu uma atenção especial da imprensa, que publicou uma série de reportagens, artigos e depoimentos. Sob o título – *Educação, um difícil problema para um novo Estado* –, o *Jornal do Brasil* assim se pronunciou, em 2 de março de 1975, no *1º Caderno Especial de Educação*:

A educação sempre foi um setor muito discutido no Estado do Rio pela complexidade de seus problemas e, principalmente por atrair muita atenção dos políticos. Construir a escola ou colocá-la em funcionamento, sempre foi um ato político de importância, o que ajudou a afastar a comunidade da responsabilidade de colaborar na existência e eficiência da escola de bairro ou de região rural.

A análise crítica que o *Jornal do Brasil* apresenta, pode ser compreendida na perspectiva de Fávero e Carrano (2005: 6): “Niterói era a capital do antigo estado do Rio de Janeiro, politicamente muito forte durante todo o Império e na Primeira República”, razão pela qual o estado sempre manifestou “uma vocação conservadora, com tendência a ser administrado por setores políticos conservadores”. Essa cultura política⁵ concorreu para a estagnação da maioria dos municípios fluminenses, em relação ao desenvolvimento econômico, social e educacional.

Dessa forma, reconstituir parte das políticas públicas para a educação fluminense, através de impressos jornalísticos, no primeiro Governo da Fusão (1975-1979), é enveredar por um campo epistemológico, no qual se entrecruzam sujeitos, instituições, relações de poder, força da patronagem, clientelismo, e descontinuidade administrativa. Edson Nunes (2003: 12), ao abordar o clientelismo e o insulamento burocrático como características que estruturam os laços entre sociedade e Estado no Brasil, afirma que “a noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos das sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significou um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre *patrons*⁶ e camponeses”. Esse foi o modelo no qual se alicerçou o campo político⁷ do antigo Estado do Rio de Janeiro, que, na década de 1970, abrangia grandes áreas rurais, onde “a desigualdade desempenhou um papel-chave na sobrevivência tanto dos *patrons* quanto de clientes e gera uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples compadrio à proteção e lealdade políticas” (NUNES, 2003: 27).

Em se tratando da Fusão, por tratar-se de um momento de transição política no âmbito do regime militar, em que a máquina administrativa estatal fluminense passa a ser controlada pelo Governador Floriano Peixoto Faria Lima (1975-1979), nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), essas relações de compadrio e lealdade política, conseqüentemente sofrem abalos e entram em conflito, conforme é possível de ser constatado no *Jornal do Brasil* de 8/05/1974, quando o *JB* faz um

⁵ No sentido atribuído por Berstein (1997 e 1999), como um sistema de representações que, fundado sobre determinada visão de mundo e leitura do passado histórico, se expressa através de discursos, símbolos e rituais que orientam e definem formas e padrões de atuação política.

⁶ Segundo Nunes (2003: 27), o termo abrange o que no Brasil é compreendido nas expressões “coronel”, chefe de máquinas políticas urbanas, pequenos chefes locais ou mesmo líderes. O importante é observar que a relação *patron*-cliente define um tipo especial de relação de troca assimétrica.

⁷ Expressão referente ao conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu (1989: 164): “O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes em que se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos...”

comentário sobre a quantidade de denúncias que a coluna *Cartas do Leitor* vinha recebendo, principalmente do interior fluminense, sobre as condições desfavoráveis da população e das escolas públicas.

À medida que a Fusão se torna uma realidade mais próxima, a imprensa atua como importante ator político no desenrolar dos acontecimentos, constituindo-se num instrumento que possibilitou identificar os resultados das práticas clientelistas, estabelecidas durante décadas pelas lideranças políticas dos dois antigos estados. Neste sentido, os impressos podem ser compreendidos como um veículo que tanto propicia as análises dessas práticas quanto se torna responsável por apresentar os dois lados de uma mesma questão.

No presente artigo, os jornais diários *O Globo* e *Jornal do Brasil* se constituem como fonte e como tema de pesquisa, e suas potencialidades são exploradas como *corpus* documental, como suporte de sentidos, bem como seu protagonismo como agente social. Essa forma de abordagem apoia-se na necessidade de situar as fontes como feixes de relações que trazem as marcas de conflitos e de acordos políticos, que tornam visíveis ou invisíveis certas questões ou acontecimentos.

A esse respeito, os estudos René Rémond (2003), contribuem para refletir sobre a análise das práticas políticas nos impressos. Rémond (*id.*) argumenta que, pelo fato da ação política perpassar todas as instâncias sociais, é necessário certo cuidado em não analisá-la como um fato isolado, mas no tratamento que lhe é dispensado num determinado contexto. Assim, o jornal, entendido como mecanismo de intervenção política e de produção de memória social⁸ torna-se, por meio do enunciado do texto jornalístico, “como um *ato de fala* que visa fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social” (VIEIRA, 2007:14).

Nesta perspectiva, a realidade encontrada nas escolas do interior fluminense, escrita sob o ponto de vista do jornalista José Gonçalves Fontes (1978), em seu artigo intitulado *Depois da Calamidade*, publicado no *Jornal do Brasil*, pode ser interpretada em mão dupla: como uma forma de denúncia sobre a centralização e as práticas clientelistas do poder político dos antigos governos do Estado do Rio de Janeiro, ou como um meio de exaltação das ações político-educacionais que vinham sendo empreendidas pelo governo Faria Lima. Neste sentido, dois fragmentos do texto de Fontes são transcritos abaixo para melhor compreensão desses aspectos:

Foi em 1975 que dois repórteres do *Jornal do Brasil* percorreram 64 escolas e 23 municípios do antigo Estado fluminense. Seguiram uma rota de quase 5 mil quilômetros por todos os caminhos. Depois de ver escolas, assistir aulas, conversar com os mestres, ouvir alunos e conhecer pais, constataram o estado de calamidade e gravaram as imagens do absurdo: a antiescola, a antiaula, o antiprofessor e o antialuno (FONTES, *JB*, 11/06/78: 26)

[...] As escolinhas rurais, por sua vez, foram substituídas, em sua totalidade, por prédios de alvenaria, com uma ou duas salas de aula, banheiros, água corrente, cozinha, pequena despensa para guardar a merenda, uma varanda, refeitório e, as mais distanciadas, um quarto para que a professora, se quiser, possa dormir no colégio (FONTES, *JB*, 11/06/78: 26).

⁸ No sentido atribuído por James Fentress e Chris Wickham (1992), que investigam a memória social como reflexo de pontos de vista morais e políticos próprios de cada lugar e de cada época. Os autores, ao contrastarem diferentes memórias locais e nacionais, concluem que a memória social pode ser conscientemente construída ou manipulada, por razões ideológicas ou políticas.

Tomando como referência teórica os estudos de impressos jornalísticos apresentados por Vieira (2007), esses dois fragmentos de texto podem ser analisados por meio do plano da diacronia e da sincronia. Na diacronia, o papel do jornal altera-se em razão das mudanças nas relações entre imprensa e sociedade, bem como da correlação de forças estabelecidas entre os agentes que têm na imprensa, meio de expressão e de ação. Enquanto no plano da sincronia percebem-se mudanças no significado conferido ao jornal em razão dos lugares institucionais ocupados pelos sujeitos que reagem e interagem com a imprensa.

Para os pesquisadores sociais a imprensa pode ser entendida como uma fonte que, segundo Capelato (1994: 13), “registra, comenta e participa da história”. Para a autora, o jornal é um espaço de disputa, e, sendo assim, as questões que se impõem não se encontram associadas às ideias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não a verdade, “mas sim no entendimento dos motivos que a levaram a defender determinadas teses, bem como no desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las e, assim, persuadir o seu público leitor” (VIEIRA, 2007: 16).

Parece-nos claro que o *Jornal do Brasil* e *O Globo* participaram da construção do imaginário nacional dos governos militares de 1964 a 1985. Dessa forma, não se pode pensar nas publicações desses periódicos, sem, necessariamente elas terem passado pelo crivo da equipe editorial, da linha de editoria e da política de divulgação. Nessa direção, a produção da matéria jornalística assume uma função importante no processo de análise das representações sociais⁹, conferindo ao jornal as condições de tornar os registros visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e de objetividade.

É o que se observa na reportagem sobre a festa de inauguração da Escola Estadual Pedro João Roberto, na área rural de Campos dos Goytacazes, “construída em meio a um canavial”, e uma das primeiras escolas a receber reforma no seu espaço físico logo após a Fusão:

O dia era de festa, escola nova, feijão, arroz e carne seca no cardápio da merenda, servida pela primeira vez na escola [...] Quando a dirigente Ieda Simões abriu a porta de um dos banheiros encontrou a menina M.F.S., de nove anos, da 1ª série, agachada e lavando as mãos no vaso sanitário [...] De qualquer forma, esse incidente deixa entrever a situação de catástrofe em que se encontrava a educação de 1º grau no antigo Estado do Rio, só percebida após a Fusão com o antigo Estado da Guanabara (FONTES, 1978: 26).

A premissa de Certeau (1982), de que a produção de conhecimento está situada em um lugar social é produto desse lugar, sendo por ele determinada, aplica-se à narrativa acima, do jornalista José Gonçalves Fontes, na qual fica evidente que a educação não é um espaço neutro. Nele, encontra-se representado o jogo de poder, expresso pelas políticas e práticas de educação que se realizam entre as diferentes concepções de sociedade. Bourdieu (1999: 375) define esse poder exercido no sistema de ensino como poder simbólico, e como tal “é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento”.

Por sua vez, a essência etimológica do termo revela que a educação é política e a ela são dados, por isso, em tempos e lugares diferentes, conteúdos políticos diferentes. Dessa forma, o estudo do impresso como fonte documental pode ser compreendido como dispositivo de normatização de práticas estabelecidas por determinados lugares de poder. Não obstante, Certeau (1982) deixa claro que na leitura do material escrito, o texto deve ser compreendido como estratégia criadora, “uma operação de caça furtiva”, cuja atividade produtora de sentidos e significações não se reduz às intenções dos autores.

⁹ De acordo com Roger Chartier (2002: 21- 28), as representações sociais são “categorias fundamentais de apreensão e percepção do real”. Por não serem discursos neutros, “produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador”.

É inegável que a precária qualidade da escola pública fluminense, decorrente das desigualdades sociais, ocupou considerável espaço na imprensa. Neste sentido, o jornal *O Globo*, em 01/03/1975, duas semanas antes de se efetivar a Fusão, realizou uma entrevista com a futura Secretária de Educação e Cultura/RJ, Professora Myrthes De Luca Wenzel. Em seu depoimento intitulado *Soluções de Emergência*, a Professora Myrthes deixou entrever que as mudanças educacionais só teriam êxito se fossem acompanhadas de mudanças sociais. Afirmando então:

O fundamental é que as crianças tenham escolas, não que as escolas sejam inauguradas. [...] A situação do menor social e culturalmente carente é uma das maiores preocupações. Considero mais grave a evasão escolar provocada por fatores sociais e econômicos: o baixo índice de escolaridade da população economicamente ativa, as precárias condições de saúde, alimentação, transporte e moradia das populações é que resultam na baixa produtividade do sistema de ensino (WENZEL, *O GLOBO*, 1975: 2).

Para Chartier (1991: 127) “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”. Assim, o que se depreende na leitura do depoimento da Professora Myrthes Wenzel, é que as desigualdades sociais seriam as verdadeiras causas da precariedade escolar. Observa-se, em sua narrativa, que não há um direcionamento didático-pedagógico, e sim, a preocupação em encontrar soluções que possam minimizar as desigualdades sociais para que as ações educativas sejam levadas a termo.

Considerando que nenhuma narrativa é meramente factual, pressupondo uma explicação ou poder interpretativo do narrador em relação aos acontecimentos, a afirmativa de Bourdieu (1998: 238) de que “só é possível ler quando existe um mercado no qual possam ser colocados os discursos concernentes às leituras [...]”, torna-se pertinente para compreender a complexa imbricação de entender a leitura como uma relação material entre o leitor e seu objeto de leitura. Tanto para Bourdieu (1998) quanto para Chartier (1991), a leitura é um consumo cultural entre tantos outros e, como tal, é variável e produto das condições nas quais nos constituímos enquanto leitores. Sendo assim, infere-se que ler não se dá por si mesmo; é preciso, segundo Bourdieu (1998: 242) “existir uma necessidade de leitura, e devemos colocar a questão das condições nas quais se produz essa necessidade”.

Essa perspectiva conceitual nos direciona a refletir sobre o conteúdo da reportagem intitulada *O Governo do Novo Estado*, em que o jornal *O Globo*, de 14/03/75, destaca, em manchete, o depoimento do almirante Faria Lima, a ser empossado no dia 15/03/1975, como governador do novo Estado do Rio de Janeiro. Em suas declarações, Faria Lima enfatiza:

A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro será um processo gradual que irá evoluindo progressivamente, de forma a não causar colapso na administração pública nem traumas à população do Estado. [...] Igualmente a educação, instrumento e objetivo de desenvolvimento, terá seu plano setorial integrado à visão global, compatibilizando a máxima eficiência pedagógica com o menor custo. E uma área da cultura estará articulada numa mesma secretaria, sendo dada aos órgãos culturais maior flexibilidade (FARIA LIMA, *O GLOBO*, 14/03/1975: 8).

No decorrer da leitura do depoimento de Faria Lima, fica evidenciado que a educação no seu governo estaria articulada à proposta do Governo Geisel, em aplicar o modelo de desenvolvimento econômico vinculado à educação, “com

eficiência pedagógica e menor custo”. O fato é que “a fusão havia construído um novo estado, e esse novo estado viria a constituir o seu campo político, com sua lógica imanente” (MOTTA e SARMENTO, 2001: 25),

uma lógica que, segundo esses autores, deixava pouco espaço para a contestação.

Argumento contrário encontra-se presente no mesmo dia e no mesmo jornal, com a assinatura de Eugênio Gudín¹⁰. Ao divergir da forma pela qual o regime militar unificou os dois antigos estados, Gudín (14/03/75: 75), em seu artigo *O Último Governo do Estado*, faz uma breve retrospectiva da gestão Chagas Freitas na Guanabara, e elenca aspectos importantes do porquê de não ser favorável à Fusão. Ao se manifestar em *O Globo*, com uma postura radicalmente contrária, o espaço obtido por Eugênio Gudín, na folha 75, uma das últimas folhas do impresso, reafirma a condição do jornal diário como expressão de uma realidade duplamente constituída: pela identidade social dos leitores/consumidores e como agente social interessado em intervir na realidade.

Segundo Burke e Briggs (2004: 80), nos impressos “encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos a complexidade das experiências sociais, e das posições que expressam os legítimos interesses públicos e comunitários”. Essa linha de pensamento nos conduz a entender o processo político como um conjunto de ações que produz decisões coletivas. Se consideradas a sequência de ações – questões políticas e programas políticos, leis e seleção governamental, decisões políticas e implementação – vê-se que a imprensa faz parte ativa deste processo, e encontra-se presente em praticamente todas as fases. Ela seleciona o que é importante noticiar acerca dos programas políticos, das leis e do que os poderes fazem. Mais do que isso, atua não só como uma instituição política, mas como parte de próprio governo.

Com Chartier (1991) é possível afirmar que o editor produz estratégias visando conduzir o leitor à compreensão que ele julga conveniente. Em *O Globo* (14/03/1976: 19) a matéria jornalística sobre *Fusão/Ano 1*, apresentou a manchete *Faria Lima: começa a fase de consolidação*. Observa-se que na diagramação do espaço, o retrato do governador é destacado com a seguinte declaração, ao lado esquerdo da foto: “A elevação do bem-estar social não é a principal meta do Governo da fusão – é a única”.

Constata-se que essa reportagem não ocupa as primeiras páginas, como vinha ocorrendo nos meses anteriores. Supostamente, pode-se inferir que o governo Faria Lima, no primeiro ano pós-fusão, não conseguiu se manter com papel destacado na imprensa. Tal percepção é corroborada pela série de notícias negativas sobre a escola pública, nos jornais *O Globo* e *o Jornal do Brasil*.

No início do ano letivo de 1976, *O Globo* noticiou:

Aulas começam amanhã, mas faltam 16 mil professores [...] Por causa da falta já crônica de professores, mais uma vez a Secretaria de Educação se vê obrigada a recorrer a soluções de emergência como as horas extras e o aproveitamento de estagiárias dos cursos normais e faculdades (*O Globo*, 7/03/76: 15)

Nas leituras dos impressos nos jornais, entre 1976-1978, o que se depreende é uma abordagem em que se procura traçar o retrato real da escola pública fluminense, não obstante os textos serem entrecortados por declarações que buscam justificar a situação de crise, com prescrições e novas perspectivas. Em *Mesa Redonda*, um debate promovido pelo jornal *O Globo*, em março de 1976, para “analisar as formas de melhorar o ensino de 1º Grau para chegar a sua universalização”, os debatedores

¹⁰ Eugênio Gudín Filho (1886-1986), economista e engenheiro. Sua atuação como Redator do Projeto de Lei que institucionalizou o curso de Economia no Brasil (1944); Ministro da Fazenda (1954-55); responsável pela implantação da escola de formação econômica da Fundação Getúlio Vargas, além de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lhe valeram o reconhecimento público e o respeito da imprensa pelas suas ideias na área econômica.

convidados: Ana Benevides, diretora do Departamento de Ensino do 1º Grau do MEC; Terezinha Saraiva, Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro e Myrthes De Luca Wenzel, Secretária Estadual de Educação, se posicionaram acerca do tema, a partir da afirmativa do jornal, de que:

No Estado do Rio mais de 50% dos prédios de 1º Grau tem uma única sala. No município do Rio, a reprovação na 1ª série do 1º Grau chegou a 61.2% ano passado. Os problemas de “defasagem” série-idade, de evasão escolar, de professores leigos e principalmente de escola com uma sala na zona rural, ainda são acentuadas no primeiro grau em todo país (*O Globo*, 8/03/1976: 10).

A seguir, os debatedores buscaram responder a seguinte questão: *Qual é a situação do ensino de 1º grau?* Myrthes Wenzel respondeu: no Estado do Rio temos 800 mil alunos nas escolas oficiais de 1º Grau, que se concentram, sobretudo, em locais em que a população tem menos recursos [...] Há um déficit de escola na Baixada, que compreende os municípios de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São Gonçalo, o que nos levou a colocar 4 mil excedentes da rede estadual em escolas particulares (*O GLOBO*, 8/03/1976: 10).

Dando prosseguimento as suas declarações, a Professora Myrthes aponta para os grandes problemas que o Estado do Rio enfrenta no ensino de primeiro grau: falta de professores e o elevado índice de evasão (acima de 30%). Afirma ainda: “dentro de nossa filosofia – de que a escola deve ser sem fronteiras e assim qualquer lugar habitável serve para dar aulas –, estamos procurando enfrentar a falta de prédios escolares, principalmente na Baixada” (*O GLOBO*, 8/03/1976: 10).

Sobre o projeto *Escola sem Fronteiras*, a Professora Myrthes declara sua preocupação maior com a zona rural, apresentando um relato sobre as modificações metodológicas empreendidas em 490 escolas das zonas rurais. Dentre as modificações implementadas, a Secretária de Educação enfatiza “a adequação curricular, adaptada aos interesses locais e com uma linguagem por ele utilizada”. Também indica a possibilidade em desenvolver na zona rural, “um calendário escolar móvel, que permita férias à época da colheita para evitar a evasão” (*O GLOBO*, 8/03/1976: 10).

A problemática das escolas da zona rural já era um assunto que vinha sendo registrado com frequência pela imprensa, e exigia soluções a curto prazo. *O Jornal do Brasil*, no final de 1975, apresentou uma reportagem em que descreve:

Uma realidade durante anos camuflada em falsas estatísticas, escondida atrás das paredes cinzas e tristes dos prédios, revela um Estado que apesar de ser o segundo mais rico não difere muito dos mais pobres [...] O êxodo rural pulverizou ainda mais as populações do interior, tornou-as muito rarefeitas. Nesse contexto se inserem as escolas isoladas [...] As crianças têm que ir a elas. Por isso, os alunos dessas áreas talvez sejam os mais sacrificados do Estado (*JORNAL DO BRASIL*, 1/09/1975)

Cabe ressaltar que medidas administrativas e pedagógicas aparecem nas reportagens, no sentido de reverter o quadro desolador com que se apresentava a escola fluminense, principalmente, as escolas da zona rural, mas não nos foi possível analisar, pelos impressos dos jornais, se essas medidas tenham resolvido os principais problemas educacionais do novo estado.

No entanto, o que se observa é que no período entre 1978-1979, o tema educação já não aparece com frequência nos noticiários impressos desses jornais, que privilegiam os assuntos referentes ao rumo político do Estado do Rio com a sucessão de Faria Lima.

Considerações finais

Do ponto de vista acadêmico, analisar a experiência educacional implantada no Governo Faria Lima (1975-1979), através dos impressos jornalísticos de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, se torna um campo de investigação muito profícuo. Primeiro, por oferecer dados teórico-práticos que permitem ampliar os estudos e pesquisas sobre a educação fluminense, nesse período, objeto ainda pouco explorado. Segundo, na medida em que se buscou investigar as políticas públicas de educação, circunscritas ao recorte cronológico e a ambiência política do regime militar, identificou-se aspectos similares aos encontrados na escola pública do tempo presente, em relação às desigualdades sociais interferindo na produtividade escolar. Esse fato que se revela crônico nos estudos sobre a escola fluminense demonstra que, se por um lado as ações político-educacionais não conseguiram se efetivar, em sua totalidade, entre 1975-1979, por outro, mais uma vez foi ratificado que as transformações na educação no Estado do Rio de Janeiro se encontram além de uma reforma na estrutura curricular e metodológica. Situam-se, por sua natureza, no campo político das desigualdades sociais.

Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dirs.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Censura e Formulação. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer*. 2. Ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 131-158.

BRASIL. *Lei complementar nº 20 de 1º de julho de 1975*. Determina a Fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro a partir de 15 de março de 1975.

BURKE, Peter; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo:Contexto/EDUSP,1994.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentidos. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1991.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Governo Faria Lima. *Plano de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (PLANEC- RIO)*, 1976-1979.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Legislação de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 15/3/75 a 15/3/76 – Niterói, Imprensa Oficial, 1977.

FÁVERO, Osmar; CARRANO, Paulo. Juventude, Escolarização e Poder Local. *Relatório de Pesquisa*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, abril/2005, p. 6.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Memória Social: novas perspectivas sobre o passado. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, Ltda., 1992.

LOBO, Yolanda L. e FARIA, Lia C. Memórias e Discursos – A Escola Fluminense Pós-Fusão (1975-1983), In: *Cadernos de História da Educação*, Rio de Janeiro: n.º4, jan./dez. 2005.

LOBO, Yolanda L. e FARIA, Lia C. *Um dia, quem sabe? A Educação e a construção do estado único do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, UERJ, n. 13-14, maio/dez, v. 1, 2004.

LOBO, Yolanda Lima. *Trajetórias de Educadores Fluminenses: D. Myrthes*. Rio de Janeiro, CD-Rom e Vídeo, FAPERJ-UENF-UERJ, 2001.

MOTTA, Marly e SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 2003.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O espelho partido da Metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas*. Rio de Janeiro, Folha Seca: FAPERJ, 2008.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (org.). *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2007, páginas 11-40.

Fontes

JORNAL DO BRASIL (1975-1979). Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ.

O GLOBO (1975-1979). Acervo microfilmado da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ.